

## GRANDES PROJETOS URBANOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA REGIÃO DA OMPETRO E DO CONLESTE<sup>1</sup>

TOFFANO, Ana Luiza Meca de Souza; Arquiteta e urbanista, mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal Fluminense; Niterói; Brasil. [al.meca@uol.com.br](mailto:al.meca@uol.com.br)

VALOTO, Fernanda Maia; Arquiteta e urbanista, mestranda em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense; Niterói; Brasil; [fvaloto@yahoo.com.br](mailto:fvaloto@yahoo.com.br)

### RESUMO

Os Grandes Projetos Urbanos (GPU), também conhecidos como grandes intervenções urbanas ou megaprojetos, são um fenômeno cada vez mais crescente nas cidades do mundo contemporâneo. Os GPU promovem impactos em múltiplas dimensões e seu debate também se aplica a projetos regionais, como no caso das regiões da Ompetro e do Conleste. Sendo assim, o objetivo deste artigo é discutir os possíveis resultados a partir da implementação de grandes projetos, analisando a influência da exploração do petróleo no Norte Fluminense (região da Ompetro) e a influência da implantação do Comperj no Leste Fluminense (região do Conleste). Além disso, o presente trabalho procura traçar um breve histórico dessas regiões, avaliando como e por que foram criadas, analisando ainda o conceito de região, desenvolvimento endógeno e a chamada “guerra de lugares”. É necessário avaliar os impactos gerados pela implantação de grandes projetos, de forma a contribuir para que futuros projetos alcancem a promoção do desenvolvimento da região em que forem instalados.

Palavras-chave: grandes projetos urbanos; Ompetro; Conleste.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado, com algumas alterações, no VIII Encontro Tecnológico da Engenharia Civil e Arquitetura (ENTECA, 2011). Maringá: novembro 2011. ISSN 1808-3625.

## ABSTRACT

Large Urban Projects (GPU), also known as megaprojects or major urban interventions, are an increasingly common phenomenon in cities of the contemporary world. The GPU promote multiple dimensions and impacts in their discussion also applies to regional projects, as in case of Ompetro and Conleste. Therefore, the aim of this paper is to discuss the possible outcomes from the implementation of large projects, analyzing the influence of oil exploration in the Fluminense North (Ompetro region), and the influence of Comperj Fluminense East (Conleste region). Besides, to delineate a brief history of these regions, assessing how and why they were created, still analyzing the concept of region, endogenous development and the "war of posts". It is necessary to evaluate the impacts created by the implementation of major projects in order to promote the development of the region in which they are installed.

Keywords: large urban projects; Ompetro; Conleste.

## RESUMEN

Los Grandes Proyectos Urbanos (GPU), también conocidos como mega-ciudades o grandes intervenciones son un fenómeno cada vez más común en las ciudades contemporáneas de todo el mundo. La GPU de promover los impactos en múltiples dimensiones y su discusión también se aplica a los proyectos regionales, tales como las regiones de Ompetro y Conleste. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es discutir los posibles resultados de la ejecución de grandes proyectos, analizando la influencia de la exploración de petróleo en el Norte Fluminense (región Ompetro) y la influencia de la implantación de la Comperj en el Este Fluminense (región de Conleste). Además, este documento pretende trazar una breve historia de estas regiones, la evaluación de cómo y por qué fueron creados, aún analizando el concepto de región, el desarrollo endógeno y la "guerra de los puestos". Es necesario evaluar los impactos generados por la ejecución de grandes proyectos con el fin de contribuir a los proyectos de futuro para lograr la promoción del desarrollo de la región en el que están instalados.

Palabras clave: los grandes proyectos urbanos; Ompetro; Conleste.

## GRANDES PROJETOS URBANOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA REGIÃO DA OMPETRO E DO CONLESTE

### INTRODUÇÃO

Os Grandes Projetos Urbanos (GPU), também conhecidos como grandes intervenções urbanas ou megaprojetos, fazem parte de uma nova fase do urbanismo contemporâneo e são um fenômeno cada vez mais crescente nas cidades do mundo. De acordo com Bortoleto (2001 apud ULTRAMARI; REZENDE, 2010),

[...] a expressão grandes projetos tornou-se de uso corrente desde quando, em meados da década de 1970, passaram a ser implantados no país projetos de investimentos, que por suas dimensões técnicas e financeiras, revelaram-se muito superiores aos empreendimentos até então existentes.

Os GPU são um tipo de intervenção física que promovem transformações territoriais nos espaços urbanos, podendo criar novas regiões na configuração de um lugar. Essas novas territorialidades atingem uma expressiva escala urbana e geram novos significados para os governos, as empresas e os cidadãos. De acordo com Novais et al. (2007), os grandes projetos promovem rupturas e impactos em múltiplas dimensões:

- Político-institucional: Promoção de parcerias institucionais com o setor privado, adoção de instrumentos e programas.
- Simbólica: As representações que constroem um futuro virtuoso para a região.

- Econômica: Desencadeia rupturas no que se refere às antigas cadeias produtivas e sistemas produtivos locais.
- Urbanístico-territorial: Poderão introduzir descontinuidades no território, aquecer os processos de desigualdade social, acelerar os processos de urbanização informal e precária.
- Escalar: Novos nexos, relações e redes entre as esferas local, regional e institucional.
- Fundiária: Determinação dos preços da terra e na conformação e distribuição territorial dos modos de uso do solo.

Os grandes projetos urbanos podem envolver diversos atores, objetivos e variáveis. A respeito disso, Ultramari e Rezende (2010), afirmam que

Na maioria das vezes discutidos tão-somente a partir de suas características arquitetônicas, ambientais e de custos, os GPUs raramente compõem uma discussão mais ampla da cidade, aí incluindo a sua virtual capacidade de alavancar mudanças maiores que aquelas observadas nas suas reconhecidas áreas de impacto imediato.

O debate sobre GPU também se aplica aos projetos regionais, como no caso das regiões da Ompetro e Conleste, que sofrem rupturas e impactos causados por tais projetos.

O objetivo deste trabalho é, portanto, discutir os possíveis resultados a partir da implementação de grandes projetos no Norte Fluminense (região da Ompetro) e no Leste Fluminense (região do Conleste), além de como e por que essas regiões foram criadas.

Para tanto, a primeira parte do trabalho — Grandes Projetos Urbanos e a Região — trata do conceito de região, desenvolvimento endógeno e a chamada “guerra de lugares”, abordando cada uma dessas regiões separadamente. A segunda parte do trabalho — Grandes Projetos Urbanos: positivo ou negativo? — mostra a opinião de diversos autores a respeito desses grandes projetos urbanos e analisa a influência da exploração do petróleo na região da Ompetro e a influência do Comperj na região do Conleste.

## 1. GRANDES PROJETOS URBANOS E A REGIÃO

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu o auge do desenvolvimentismo, quando o desenvolvimento econômico era associado à industrialização e à busca pela equidade inter-regional, o chamado “desenvolvimento econômico partilhado”. Por se inserir em uma época de regime militar, o Estado tinha forte papel com uma visão de planejamento centralizada, sendo a localização de empreendimentos de grande porte definida em razão dos “interesses nacionais”. A partir dos anos 1980, o grande capital passou a ter uma enorme ubiquidade, ou seja, esse pode estar em muitos lugares ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo.

A industrialização atual, baseada em novos segmentos produtivos e novas tecnologias, deslocou as indústrias nos núcleos metropolitanos, sendo a produção associada cada vez mais à escala global e menos à nacional ou regional, acentuando as “guerras fiscais” entre as cidades, a competição intra-regional, contrária ao “desenvolvimento econômico partilhado” da década de 1960, na qual quem ganha é quem oferece as melhores oportunidades para a instalação de novas empresas.

A perda da capacidade reguladora do Estado-nação, aliada à crise fiscal e de legitimidade das instituições representativas tradicionais assim como à descentralização administrativa, teria propiciado um fortalecimento político e econômico dos governos locais, convertendo-os nos interlocutores privilegiados dos investidores externos em busca por vantagens competitivas na localização ou expansão de sua empresa e/ ou atividades (ACSELRAD, 2001, p. 117).

Surge então a “teoria do desenvolvimento endógeno”, em que o crescimento é gerado localmente pela acumulação de capital físico e humano e de conhecimentos — o discurso de que “o local pode tudo”, discurso esse, aliás, apoiado pelas agências multilaterais.

E essa “teoria do desenvolvimento endógeno”, novo padrão de desenvolvimento apontado pela literatura atual, promove a chamada “guerra de lugares”, que tem como objetivo, segundo Brandão (2003, p. 1-2) “[...] realizar a melhor ‘venda da região ou da cidade’, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o ‘clima local

dos negócios', subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos".

Segundo Harvey (1996 apud ACSELRAD, 2001, p. 223), "Na 'guerra dos lugares' pela inserção nas atividades modernas, condições do ambiente e qualidade de vida funcionam como um cartão de visitas ao empresariamento da administração urbana". Assim sendo, essa "guerra de lugares" caracteriza uma nova dinâmica espacial, onde empresas, setores e grupos econômicos ocupam territórios, no mundo todo, recém-formados ou transformados para atender à lógica do capital, e até mesmo determinam novas relações nesses territórios.

E essas cidades passam a fazer parte de um complexo sistema em torno dos grandes empreendimentos, mudando suas características e formas de inserção na economia regional. São as chamadas "regiões empreendimento", que, para Oliveira (2008), diferem geograficamente das regiões administrativas e o comando maior está além do espaço em análise; e ainda, segundo Amaral et al. (2007), são instituídas mais intensamente relações de poder que estão sob a influência direta dos "novos centros de poder" situados nas escalas mundial, nacional e regional. Porém, quem manda nesse jogo não está interessado no que pode acontecer naquele local, mas sim em quanto pode lucrar com isso.

De acordo com Andrade (1994 apud FRANCO, 2001), uma das consequências da fragmentação provocada pelo fenômeno da globalização é a perda da importância do município. E, assim, para se alcançar maior racionalidade na distribuição geográfica dos serviços e iniciativas estaduais, deve-se propor uma nova divisão territorial, criando uma unidade intermediária entre o Estado e o município, aglutinando vários municípios, que o autor denomina região administrativa ou de departamento.

Como, porém, assinala Piquet (2003) "[...] qualquer discussão sobre novas regionalidades e territorialidades no Brasil atual deve ser balizada pelo quadro macroinstitucional indefinido, que favorece o surgimento de um regionalismo de corte globalista e neoliberal".

Haesbaert (2002 apud PIQUET, 2003) aponta que definir região não é tão simples quanto parece, pois até que ponto pode expressar realidades efetivamente existentes?

O conceito de região, tradicionalmente associado a delimitações espaciais físicas ou aspectos naturais, históricos ou culturais, atualmente varia de acordo com interesses, principalmente econômicos, ganhando dimensão dos fluxos e demandas criados pelo setor produtivo.

Já o conceito de local, segundo Oliveira (2008, p. 214), “deve ser delineado a partir de múltiplos fenômenos, processos e ações que definem o pólo particular da relação mais ampla que está sob análise”. Portanto, os lugares passam não mais a ser caracterizados por suas singularidades, mas por relações econômicas e sociais mais amplas, que alteram as relações entre global e local, onde temos “territórios nacionais da economia internacional”. Segundo Acselrad (2001, p. 24):

[...] a competição interurbana, através da maior mobilidade espacial atribuída aos capitais, torna mais fracos os atores sociais dotados de menor mobilidade — trabalhadores e governos locais. Em nome da obtenção de possíveis ganhos futuros por via de competição, são justificadas as medidas que concorrem para aumentar a segregação sócio-espacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político da população residente nas áreas empobrecidas.

E, nesse contexto de estratégias competitivas, destaca-se a cooperação e parceria entre agentes regionais em busca dessas medidas de atração de empresas e de atividades econômicas para seu território. Surgem, então, associações, como a Ompetro e o Conleste, que buscam se unir de modo a fortalecer suas reivindicações na disputa pelo crescimento econômico regional e minimizar impactos, acarretando mudanças territoriais que promovem reordenações do espaço público.

Essas associações ou consórcios buscam ainda criar infraestruturas em redes que têm como objetivo aproximar essas novas regiões em torno de interesses comuns, formando novos atores coletivos e, até mesmo, alterando a composição política de alguns governos “[...] na direção de um proveito mais público do que privado dos investimentos, por meio de políticas e projetos que se estendem para além dos limites municipais e locais, gerando novas referências e parâmetros para a gestão do território” (OLIVEIRA, 2008, p. 283).

Essas políticas e projetos geram não somente novas referências e parâmetros do território, mas também de serviços de saúde e saneamento ambiental, por exemplo, em busca do

reconhecimento e enfrentamento de problemas e demandas regionais, pois, segundo Franco (2001, p. 78), o território regional é “um espaço de comunicações para a integração de *know-how* e produção cultural, constituindo, a partir da inserção dos atores locais, redes de inovações e externalidades que associam diferentes papéis de excelência da região”.

Mas, na verdade, o que se observa, como aponta Geiger (OLIVEIRA, 2008, p. 286), é que essas formas de ação conjunta são caracterizadas por uma “cooperação competitiva”, ou “associação induzida” e que estão em permanente tensão, não sendo resultado de uma vontade de atuação conjunta, mas sim em razão de uma inocuidade de atuação particularizada, onde juntos têm maior poder. E, dessa forma, perdem seu foco de atuação regional e até mesmo força, pois, como aponta Brandão (2003, p. 11):

é preciso questionar as visões das “ilhas de produtividade”, mostrando que os focos nunca encontrarão uma somatória, como querem seus intérpretes [...] e para que estas associações sejam efetivamente atuantes [...] as ações políticas deve ser mais ágeis, potentes, sistemáticas e devem ser empreendidas simultaneamente em várias direções escalares.

Essas várias direções escalares, nesse caso, são: nacional, regionais e locais, pois de acordo com Franco (2001), no atual momento de globalização, faz-se urgente a necessidade do exercício de uma consciência regional e local como estratégia de equilíbrio por causa das disfunções de uma economia mundializada, em que os valores humanos e ambientais são completamente esquecidos.

E, como apontam vários autores, dentre eles Borja e Castells<sup>2</sup>, somente por meio da articulação entre o local e o global é que se podem alcançar transformações urbanas capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida.

---

<sup>2</sup> Borja e Castells (1998 apud ACSELRAD, 2001).



### 1.1. A REGIÃO DA OMPETRO

A região do Norte Fluminense passou de agroindústria açucareira para exploradora de petróleo há cerca de trinta anos. Em 1974 deu-se início à atividade econômica baseada nos recursos provenientes da exploração petrolífera, e a antiga elite sucroalcooleira, que era fechada à dinâmica industrial e tecnológica, assistiu a inauguração de novo ciclo econômico regional, parte do mundo globalizado. Configurou-se, assim, uma nova região estruturada em torno da atividade de produção de petróleo e gás com a escolha da cidade de Macaé como base de operação das atividades de prospecção da Petrobras, em razão “dos interesses nacionais”.

Com os impactos provocados pela exploração de petróleo, surgiram os *royalties*, que representam grandes contribuições (compensações) financeiras a fim de indenizar a riqueza extraída do território. Os *royalties* devem ser utilizados de forma a financiar a geração de novas riquezas para substituir a que foi exaurida.

Com a implantação dos *royalties* em 1985, cresceu a competição intra-regional, o que resultou na criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, a Ompetro, que tinha como objetivo imediato, segundo Piquet (2003, p. 223), um “diálogo de iguais”, com um caráter nitidamente político, se formando “como resposta aos processos de globalização, mas também ao vazio de políticas macroeconômicas capazes de balizar as atuações locais/regionais”.

Constituída pelos municípios de Armações de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra, a nova região declarada surgiu sem respeitar a configuração anterior estabelecida pelo governo, chamada de Norte Fluminense, que tinha como referência o ciclo econômico anterior, porém são excluídos os municípios interioranos da antiga região do açúcar e agregados novos. E, conseqüentemente, esse novo recorte regional acirra ainda mais a competição intra-regional entre os municípios que estão dentro ou fora da Ompetro, levando a uma nova redefinição das alianças locais.

## 1.2. A REGIÃO DO CONLESTE

A região Leste Fluminense já passou por períodos de declínio e ascensão na economia e agora recomeça um novo ciclo econômico ligado à indústria do petróleo; apresenta uma configuração de cidade-dormitório e baixos indicadores econômicos e sociais, urbanísticos e de saneamento ambiental, onde na maioria dos municípios se observam extrema carência de infraestrutura, problemas de transporte e mobilidade urbana e instrumentos precários de política e planejamento urbano-regional, tendo já sido notado que o crescimento das áreas urbanizadas nessa região não tem acompanhado a ampliação de serviços de infraestrutura e habitação<sup>3</sup>.

A instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) — um dos maiores empreendimentos industriais, senão o maior, das últimas décadas no Brasil, e um dos maiores do mundo no setor — teve o local de instalação escolhido em razão de sua posição favorável à logística regional articulada com o Arco Metropolitano, Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro, proximidade com a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), dentre outros, não levando em conta os impactos que poderiam ser provocados nessa região já fragilizada.

Segundo o Fórum Comperj<sup>4</sup>, a implantação do empreendimento ampliará a vocação petroquímica da região, atraindo oportunidades de negócios no segmento de petroquímicos, bem como a instalação de indústrias de transformação, completando-se assim o ciclo de produção de itens provenientes da cadeira petroquímica. Já segundo o discurso empresarial, o polo promoverá um novo modelo de desenvolvimento regional que trará dinamismo econômico a essa região e a possibilidade de reinserção do Estado do Rio

---

<sup>3</sup> Segundo dados do projeto “A observação internacional dos impactos do Comperj sobre os objetivos do desenvolvimento do milênio (ODMs) nos municípios do Conleste”, realizado por meio de parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a ONU-Habitat, com apoio da Petrobras, que realiza um monitoramento das transformações urbanas na região, especificamente da urbanização informal e condições de saneamento ambiental.

<sup>4</sup> O Fórum Comperj foi criado em 2007, por decreto estadual, sendo constituído por entidades governamentais, empresarias e organizações da sociedade, tendo como objetivo reunir demandas e auxiliar no planejamento e na execução de políticas públicas de interesse comum relativas ao desenvolvimento sustentável da região situada na área de influência do Comperj ([www.forumcomperj.com.br](http://www.forumcomperj.com.br)).

de Janeiro no cenário econômico nacional e também internacional, papel esse perdido com a transferência da capital para Brasília, na década de 1960.

O Conleste compreende um Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense, formado pelos municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim, Tanguá, Teresópolis e Araruama (sendo estes dois últimos recentemente integrados), que tem como objetivo levar adiante uma política de ação regional, avaliando as questões referentes à implantação do Comperj que promete gerar mais de 200 mil empregos diretos e indiretos, trazendo mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

## 2. GRANDES PROJETOS URBANOS: POSITIVO OU NEGATIVO?

A partir do estudo de grandes projetos urbanos já implantados, diferentes autores se posicionam de maneira otimista ou pessimista diante dos resultados observados.

De um lado, um grande risco de malversação de recursos, apropriação indevida por grupos minoritários, geração de impactos negativos de difícil mitigação e compensação, apropriação política de seus resultados, construção de imagens falsas de uma cidade e de uma sociedade. De outro lado, recuperação de áreas com sub-habitação, valorização de símbolos importantes para a imagem e para a competitividade da cidade, utilização de infra-estruturas subutilizadas e disponibilização de espaços urbanos renovados, com amenidades, cultura e lazer, entre outros (ULTRAMARI; REZENDE, 2010)

Entre os que criticam, defende-se que pouco tem sido analisado sobre as consequências das intervenções, apontando que deveriam ter sido feitos estudos para se detalhar os impactos de uma obra e seu funcionamento, tornando possível avaliar os benefícios e as desvantagens da implantação de um GPU. Os resultados já observados apontam que esses tipos de projetos proporcionam um bom resultado financeiro apenas para uma minoria. Além disso, há uma grande valorização do interesse privado sobre o coletivo, escondida

atrás de propagandas de prosperidade para a cidade e a região, com discursos que majoram a importância das parcerias público-privadas.

Gould (2004, p. 72-73) pontua que “a concentração de desempregados e subempregados em localidades específicas cria comunidades de desespero econômico. E, sob tal condição, as comunidades pobres e operárias estão estruturalmente coagidas a aceitar qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico que prometa um aumento no emprego local”.

Segundo Novais et al. (2007, p. 4),

Toma-se como certo que essas intervenções serão capazes de incitar processos de desenvolvimento urbano, provendo soluções a um conjunto de problemas sociais e econômicos, culturais e ambientais com que se deparam as aglomerações urbanas. [...] Os GPUs são apresentados como formas de ação adaptadas para garantir a realização de empreendimentos num ambiente caracterizado pela complexidade e incerteza.

Para os pesquisadores que veem os grandes projetos sob um aspecto positivo, os resultados que se esperam devem fazer frente aos impactos urbanos ambientais e sociais, mediante estudos prévios e medidas mitigadoras, que seriam capazes de reduzir os impactos negativos da obra e mesmo de seu uso, tais como os Relatórios de Impacto Ambiental.

Além disso, os GPU são vistos pelos apologistas como uma forma de atração de investimentos e garantia de desenvolvimento para a cidade e a região, englobando a reestruturação urbana e a melhoria das condições de vida da população. Adiciona-se ainda que as decisões sobre os projetos, que acomodam diferentes interesses, podem se adaptar às circunstâncias que surgirem ao longo do tempo.

Para diminuir os impactos negativos comumente gerados pelos grandes investimentos aplicados aos GPU e ampliar o desenvolvimento local, é preciso o apoio ao desenvolvimento integrado, com estímulo à criação de institucionalidades locais representativas, como a Ompetro e o Conleste, em busca de uma agenda de desenvolvimento com foco no território, no espaço econômico e social.

### 3. A INFLUÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO NA REGIÃO DA OMPETRO

Antes de a região do Norte Fluminense ser conhecida como é hoje pela sua exploração de petróleo, era marcada pela grande produção no setor sucroalcooleiro. Esse passou a entrar em crise por volta de 1973, quando aconteceu o chamado “primeiro choque do petróleo”, e com isso a região passou a ser vista como “região problema”, que, de acordo com Piquet (2003), apresentava problemas como estagnação econômica e queda dos índices de produtividade, alto grau de desemprego sazonal, dentre outros; e que provocaram um processo de pauperização e grande êxodo rural para a periferia das cidades e região. A partir daí, a região perdeu importância no setor sucroalcooleiro e, em 1974, um novo ciclo econômico se iniciou com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos e com a escolha da cidade de Macaé para ser o alicerce das atividades de exploração petrolífera da Petrobras. Com isso, começou-se a desenvolver e implantar um conjunto de projetos em infraestrutura e insumos básicos para impulsionar o desenvolvimento do país.

Como dito anteriormente, esses empreendimentos instalados em nome dos “interesses nacionais” não levaram em conta os impactos locais, que, nesse caso, não foram poucos. Além disso, a indústria do petróleo é capaz de trazer dois resultados contrários para a economia: pode alavancar um virtuoso processo de mudanças estruturais, ou pode permanecer como enclave na região em que se localiza. E no caso da região em questão, após décadas de atividades, o potencial de benefícios gerados para o desenvolvimento local advindo da exploração do petróleo ainda está por ser avaliado.

Bullard (2004) aponta que as indústrias que têm abandonado cidades centrais e antigos corredores industriais deixam no seu rastro infraestruturas deterioradas, pobreza e poluição. Os gigantes do petróleo são os maiores contribuintes da poluição global, local e do aquecimento global do planeta.

Nesse sentido, apesar da grande movimentação financeira gerada pela exploração do petróleo, o retorno da riqueza retirada para a região ainda é pouco visto, apesar de os municípios da Bacia de Campos serem responsáveis pelo recebimento de cerca de 80% dos impostos do petróleo (*royalties*).

Com o novo ciclo econômico proporcionado pelo petróleo, a antiga “região problema” passou a enfrentar diferentes dificuldades resultantes de um enorme crescimento populacional gerado pela grande oferta de trabalho na região. Porém, esse crescimento requer infraestrutura apoiado em um eficiente planejamento urbano, o que se vê é que muito ainda deve ser feito para se resolverem os problemas de escassez de moradias, ocupação indevida de algumas áreas, sobrecarga nos serviços de utilidade pública, dentre outros.

#### 4. A INFLUÊNCIA DO COMPERJ NA REGIÃO DO CONLESTE

O Comperj trará dinamismo econômico a essa região, como aponta a “teoria do desenvolvimento endógeno”, onde se espera que os governos locais possam resolver todos os problemas, mas também pode vir a promover rupturas nas diversas dimensões já citadas no texto: político-institucional; simbólica; econômica; urbanístico-territorial; fundiária e escalar. E, como grande projeto urbano, provavelmente acarretará efeitos e impactos que acentuarão ainda mais os problemas existentes na região. Pois, como aponta Brandão (2003, p. 6)

A crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. [...] no Brasil esta situação se revela ainda mais dramática, ensejando um processo de agudização das marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador.

Por ser tratar de um dos maiores empreendimentos industriais, senão o maior, das últimas décadas no Brasil, e um dos maiores do mundo no setor, promete gerar mais de 200 mil empregos diretos e indiretos, trazendo mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

Aliás, a instalação do Comperj está entre um dos conflitos mapeados pelo estudo desenvolvido pela parceria FASE e a ENSP/Fiocruz “Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”, pontuando como impactos e riscos ambientais: a falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, invasão/dano a área protegida ou unidade de conservação, poluição atmosférica, poluição de recurso hídrico e poluição do solo; e como danos e riscos à saúde: acidentes, doenças não transmissíveis ou crônicas e piora na qualidade de vida.

O Comperj promoverá rupturas em diversas dimensões — político-institucional; simbólica; econômica; urbanístico-territorial; fundiária e escalar —, gerando ainda a chamada “guerra de lugares”, até mesmo incentivada pela própria empresa responsável pela instalação do Complexo, apontando que “[...] caberá às cidades montar a melhor estrutura para seduzir as chamadas indústrias da Terceira Geração” (AMARAL et al., 2007). Por todos esses fatores apontados anteriormente, o Comperj é considerado um Grande Projeto Urbano (GPU) e Grande Projeto Regional (GPR).

No caso específico do Comperj, deverá produzir rupturas e impactos nas seguintes dimensões (SANCHEZ et al, 2009, p. 2-3):

- Política, ao promover parcerias público-privadas, reconfiguração das coalizões políticas, novas instituições e formatos organizativos, como o Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste) ou o Fórum Comperj no Governo do Estado;
- Simbólica, por suas representações que constroem um futuro virtuoso para a região deprimida;
- Econômica, por ser considerado, no Brasil, o maior projeto industrial das últimas décadas;
- Urbanístico-territorial, à medida que deverá introduzir discontinuidades no território e acelerar os processos de urbanização informal e precária, com forte incremento populacional;
- Fundiária, ao alterar os “fatores externos” que intervêm na determinação dos preços da terra e na conformação e distribuição territorial dos modos de uso do solo; e

- Escalar, ao estabelecer novos nexos, relações e redes entre as esferas local, regional, nacional e internacional.

Tem-se, ainda, a chamada “guerra de lugares”, até mesmo incentivada pela própria empresa responsável pela instalação do Complexo, apontando que “[...] caberá às cidades montar a melhor estrutura para seduzir as chamadas indústrias da Terceira Geração” (AMARAL et al., 2007). Ainda segundo o discurso empresarial, surge a possibilidade de reinserção do Estado do Rio de Janeiro no cenário econômico nacional e também internacional, papel esse perdido com a transferência da capital para Brasília.

Mas o que se tem observado é que a chamada “urbanização do petróleo” (SERRA, 2006, apud AMARAL *et al.*, 2007) só tem acentuado as desigualdades econômicas e sociais, em razão da falta de controle público, dentre outros fatores.

O Conleste promove um novo modelo de atuação de cunho regional, ainda em fase de desenvolvimento, com ações voltadas a mitigar ou anular os impactos negativos no entorno desse grande projeto estratégico para o desenvolvimento nacional.

Para tanto, é preciso que sejam priorizadas as ações voltadas para o fortalecimento de instituições envolvidas no planejamento, controle e fiscalização desses empreendimentos e de seus impactos, com adequação da infraestrutura regional às demandas do cenário que está por vir.

Mas, como porta-voz e canal de articulação de um projeto regional, o Conleste se mostra ainda frágil, não estando claro o papel que desempenha na distribuição de poder no interior de um campo de forças em torno ao atual projeto de desenvolvimento. Espera-se que esse possa se constituir como um agente que articule escalas e atores (governos locais e instâncias estaduais e federais) com o objetivo de apresentar uma agenda pública de desenvolvimento regional, procurando reverter o quadro de vulnerabilidade social, já existente na região.



## 5. CONCLUSÃO

Os grandes projetos urbanos fazem parte do mundo contemporâneo e são cada vez mais aplicados em regiões do mundo todo. Seus impactos sobre os territórios onde são implantados são numerosos, e em diversos setores. É necessário que se pesquise se esses impactos são benéficos ou não para as cidades, para que futuros projetos possam corrigir erros passados e serem cada vez melhores no sentido de promover o desenvolvimento da região em que forem implantados. Para isso, deve-se fortalecer relação entre os grandes empreendimentos e o desenvolvimento de seu entorno. Mas uma política de desenvolvimento regional não pode ser implementada isolada de um projeto de desenvolvimento nacional, pois é preciso que ocorram políticas em diferentes escalas e que contemplem as distintas realidades regionais.

É importante também que as atividades envolvidas em um grande projeto urbano sejam acompanhadas por uma associação que tenha como objetivo defender os interesses locais e/ou regionais, como no caso da Ompetro e do Conleste.

Na região da Ompetro, a exploração do petróleo provocou grandes e aceleradas transformações e rupturas, além do grande dinamismo econômico. Entretanto, os municípios apresentam problemas de infraestrutura e pouco retorno da riqueza retirada, apesar do recebimento dos *royalties*.

Quanto à região do Conleste, o Comperj provavelmente acarretará efeitos e impactos que acentuarão ainda mais os problemas existentes, pois o que se observa é que o crescimento das áreas urbanizadas na região do Conleste não tem sido acompanhado pela ampliação de serviços de infraestrutura e habitação, assim como ocorreu na maioria dos municípios da região da Ompetro.

E, apesar da propaganda de geração de empregos beneficiando a mão de obra local que se faz em torno desses grandes projetos, o que se percebe é uma pequena participação de empresas e mão de obra locais, havendo, por sua vez, a entrada de grandes empresas no país e pouca cooperação com atores locais. Isso já pôde ser verificado na região do Norte Fluminense. E quem não garante que ocorrerá também na região do Leste Fluminense?

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- AMARAL, D. et al. *O Leste Fluminense, o Comperj e a questão urbano-habitacional*. In: OLIVEIRA, F. L.; COSTA, S. M.; CARDOSO, A. L. *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: s. n., 2007.
- BIENENSTEIN, R. et al. *Relatório com informações regionais e locais dos anos de 2000 a 2006 e banco de dados. Relatório final complementar. Relatório da pesquisa "A observação internacional dos impactos do Comperj sobre os objetivos do desenvolvimento do milênio (ODMs) nos municípios do Conleste"*. Niterói, 2009.
- BRANDÃO, C. A. *O modo trans-escalar de Análise e de Intervenção Pública: notas para um manifesto anti-localista*. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Belo Horizonte: Enanpur. *Anais...*, Belo Horizonte, 2003, p. 1-12.
- BULLARD, R. *Enfrentando o racismo ambiental no século XXI*. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- FRANCO, M. de A. R. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.
- GOULD, K. A. *Classe social, justiça ambiental e conflito político*. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- NETO, J. et al. *O petróleo como grande financiador da "guerra de lugares": o caso dos municípios da Bacia de Campos - RJ*. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 185-216, ago./dez. 2008.
- NOVAIS, P. et al. *Grandes projetos urbanos: panorama da experiência brasileira*. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Belém do Pará: ANPUR. *Anais...*, Belém do Pará, 2007.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 214-289.

PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: \_\_\_\_\_. **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 219-234.

RAEDER, S. **Jogos & cidades: Ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos**. Brasília: Supernova, 2010. p. 15-60.

SANCHEZ, F. et al. O Leste Fluminense e o Comperj: atores, consensos e conflitos num território em transformação. In: XIII ENANPUR. Florianópolis: Anpur. *Anais...*, Florianópolis, 2009.

#### Sites:

Entrevista com Rosélia Piquet. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006. Disponível em: <[www.forumrio.uerj.br/documentos/.../Cap-11-Roselia\\_Piquet\\_Entrevista.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/.../Cap-11-Roselia_Piquet_Entrevista.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2010.

ULTRAMARI, C. **Grandes projetos urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos**. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. **Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/viewFile/3733/2086>>. Acesso em: 23 nov. 2010.